



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA LOLA DA SILVA SOUZA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA AÇÃO EDUCATIVA EM ESPAÇOS NÃO
ESCOLARES: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE ANGICOS/RN**

ANGICOS
2022.2

MARIA LOLA DA SILVA SOUZA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA AÇÃO EDUCATIVA EM ESPAÇOS NÃO
ESCOLARES: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE ANGICOS/RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof^ª Dra. Juliana da Rocha e Silva

Co-orientador: Prof^º Dr. Evanilson Gurgel de Carvalho Filho

ANGICOS

2022.2

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S474d Souza, Maria Lola da Silva .
Desafios e Possibilidades da Ação Educativa em
Espaços não Escolares: A Atuação do Pedagogo no
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
de Angicos/RN / Maria Lola da Silva Souza. -
2023.
43 f. : il.

Orientadora: Juliana da Rocha e Silva.
Coorientador: Evanilson Gurgel de Carvalho
Filho.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Pedagogia, 2023.

1. Pedagogia Social. 2. Educação Social. 3.
Assistência Social. I. Silva, Juliana da Rocha e
, orient. II. Filho, Evanilson Gurgel de
Carvalho, co-orient. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo autor(a).

Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte
CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

MARIA LOLA DA SILVA SOUZA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA AÇÃO EDUCATIVA EM ESPAÇOS NÃO
ESCOLARES: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE ANGICOS/RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal
Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção
do título de Licenciado em Pedagogia.

Defendida em: 19 / 05 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Evanilson Gurgel de Carvalho Filho (UFERSA)
Presidente

Prof^a. Dra. Ana Maria Pereira Aires (UFERSA)
Membro Examinador

Prof^a. Dra. Elaine Luciana Sobral Dantas (UFERSA)
Membro Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu Deus que me sustentou durante todos esses anos e a mim mesma, que mesmo diante dos medos, incertezas e desafios, consegui superar as dificuldades e chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, ao meu Deus, a Ele seja dado toda honra e toda glória por ter me permitido alcançar um dos meus maiores sonhos.

Ao meu esposo pelo seu apoio e na ajuda com as ferramentas tecnológicas.

As minhas filhas, que ao olhar em seus olhos, sou impulsionada a me tornar um ser humano melhor, me sinto encorajada a lutar pelos sonhos ainda não alcançados, na intenção de ser um exemplo positivo, com o intuito de que sintam orgulho da sua mãe.

Aos meus queridos pais e meus irmãos queridos, pelo amor que nos une.

Agradeço a minha querida amiga e companheira, Odete, que durante todos os anos de curso segurou na minha mão, dando-me forças e me ensinando o caminho a ser percorrido.

A minha colega e amiga Gilvanice, que através de tantos trabalhos em grupos solidificou a nossa amizade.

Aos demais colegas de turma, pela troca de experiências e risadas dadas durante as brincadeiras.

Aos queridos professores que ministraram as disciplinas com toda maestria, especialmente a professora Franselma, que acreditou em mim no primeiro dia de aula, enquanto eu mesma estava incrédula a meu respeito.

A professora Alessandra, que considero como uma “estimuladora de sonhos”.

Agradeço a professora Ana Maria, que durante a pandemia nos sustentou com seu bom ânimo, alegria e simplicidade.

A minha querida professora e orientadora Juliana, um presente de Deus na minha vida, me ensinando a trilhar o caminho, superando as dificuldades, transmitindo segurança quando mais preciso, por sua tamanha humildade e coração gigantesco, tentando sempre me encorajar com palavras positivas.

Agradeço ao meu professor e co-orientador Evanilson, por sua disponibilidade de poder agarrar esse encargo de cooperar com a professora Juliana na trajetória final da sua licença maternidade.

Agradeço a banca examinadora por suas importantes contribuições.

Uma coisa peço ao Senhor e a buscarei: que eu possa morar na casa do Senhor todos os dias da minha vida, para contemplar a beleza do Senhor, e meditar no seu templo. (Salmos 27: 4)

RESUMO

O pedagogo assume papéis de fundamental importância na sociedade, entre eles o de mediar e articular o aprendizado dos estudantes. Sua atuação transcende os espaços da sala de aula, podendo atuar em diversos espaços educacionais sejam estes, formal, informal e não-formal. O presente trabalho tem como objetivo compreender os desafios e possibilidades de atuação do pedagogo nos espaços não-escolares no Centro de Referência Social (CRAS) no município de Angicos/RN. Para isso, traremos uma discussão sobre a atuação do pedagogo para além da sala de aula, bem como da sua relevância em diferentes contextos de tipos e modalidades de educação. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa e exploratória, na qual a partir de uma pesquisa de campo realizou-se observações e coleta de dados por meio de questionário aplicado com um pedagogo que atuou no CRAS no município de Angicos/RN. Fundamentaram esta pesquisa os autores Libâneo (2001), Caliman (2010), Gohn (2006), Costa (2018), dentre outros autores e documentos oficiais. Ao identificar os desafios enfrentados pelo pedagogo dentro da instituição CRAS, constatou-se que ainda faltam políticas destinadas para que o pedagogo ocupe os espaços não escolares. Contudo, ainda assim o desenvolvimento do seu trabalho traz contribuição para a garantia de direitos, entre eles a resolução de conflitos e vulnerabilidades sociais.

Palavras-chave: Pedagogia social. Educação social. Assistência social.

ABSTRACT

The pedagogue assumes fundamentally important roles in society, including that of mediating and articulating student learning. Its performance transcends the spaces of the classroom, being able to act in several educational spaces, whether these are formal, informal and non-formal. The present work aims to understand the challenges and possibilities of the pedagogue's performance in non-school spaces in the Social Reference Center (CRAS) in the municipality of Angicos/RN. For this, we will bring a discussion about the role of the pedagogue beyond the classroom, as well as its relevance in different contexts of types and modalities of education. This is an exploratory, qualitative research in which field research was carried out through a questionnaire applied to a pedagogue who worked at CRAS in the municipality of Angicos/RN. This research was supported by the authors Libâneo (2001), Terceiro (2015), Gohn (2006), Severo (2015) among other authors and documents. By identifying the challenges faced by the pedagogue within the CRAS institution, it was found that there is still a lack of policies aimed at the pedagogue to satisfactorily occupy non-school spaces, however, even so, the development of his work brings a valuable contribution to guaranteeing the rights of citizens, among them, that of resolving conflicts and social vulnerabilities.

Keywords: Social pedagogy. Social education. Social assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado às Famílias
PAIF	Proteção e Atendimento Integral às Famílias
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
NOB	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. UMA VISÃO PANORÂMICA DE DIFERENTES MODALIDADE EDUCATIVAS: CONCEITOS E PRESSUPOSTOS	15
2.1. Educação Formal: Uma educação Regulamentada	16
2.2. Educação Informal: Um Processo não Estruturado de Aprendizagem	17
2.3. Educação não Formal: Quando a Educação ocorre para além do ambiente formal de ensino	17
2.3.1. pedagogia social no processo de formação do indivíduo, ou o pedagogo social: como facilitador no processo de formação social	19
3. CARACTERIZAÇÃO DO CRAS E OS DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA	21
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO CRAS - ANGICOS/RN	25
4. A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO SOCIAL EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS DE ENSINO: COM A PALAVRA UM PEDAGOGO	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIA	38
APÊNDICE A	40
TERMO DE CONSENTIMENTO	42
INFORMAÇÕES PESSOAIS	43
ROTEIRO DE ENTREVISTA	43

1 INTRODUÇÃO

O curso de pedagogia está ainda muito associado ao professor e à prática docente, tendo a escola e a sala de aula como o único campo de experiência, seja atuando na educação infantil, no ensino fundamental ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA. No entanto, o pedagogo é um mediador e facilitador da aprendizagem, ou seja, ele está apto também a mediar o conhecimento fora da sala de aula, seja em espaços formal e não-formal. Dessa maneira, a pedagogia em espaços não escolares precisa ser mais discutida, considerando assim seu caráter educativo para o desenvolvimento em diversos espaços onde a educação acontece.

Em espaços escolares e não escolares, o pedagogo tem a função de mediar e articular o aprendizado, tendo enfoque na conduta humana. Tal profissional busca por melhores estratégias e metodologias, além de informações e conhecimentos para realizar objetivos e assim desenvolver melhor suas habilidades no espaço onde estiverem executando suas atividades, assim o pedagogo tem um papel relevante nesses processos pelo fato de ter a capacidade de atuar em espaços escolares e em espaços não escolares.

Diante das inúmeras possibilidades de campo de pesquisas que pode ser aprofundado no contexto em educação relacionado ao curso de pedagogia, sobreveio dúvidas até chegar ao tema proposto, pois desejaria falar de algo que fosse diferente do convencional. No entanto, havia inquietações com respeito ao assunto que seria abordado na pesquisa, tendo em vista que nos processos educativos segundo Caliman (2006), ainda existe uma maior centralização no Brasil referente ao sistema escolar. Durante o 8º período do curso, na grade curricular foi ofertado o componente curricular de Ação Educativa em Espaços não-Escolares e no decorrer da disciplina foram explorados os conteúdos previstos, que seria educação formal, não-formal e informal, onde o pedagogo pode atuar além da sala de aula, nos espaços não escolares, podendo atender diversos públicos. E a partir desse conhecimento impactante, por ser encantador e desafiador, mostrando o desempenho do pedagogo como mediador dessa educação não-formal, tornou mais proveitoso para a aprendizagem no que tange a abrangência da atuação do pedagogo.

No decorrer do período, houve bastante clareza através de aula de campo, palestras e rodas de conversas com profissionais que trabalham e desempenham esse papel com muita destreza, como no sistema prisional, secretarias de educação, hospitais, museus e associações comunitárias, entre outros. Assim como através do conteúdo aplicado pela professora com embasamentos teóricos de importantes autores como Libâneo (2001), Terci (2015), Gohn (2006), Severo (2015), entre outros, assim como pesquisas de campo. A partir dessas

importantes informações que se aguçou a curiosidade em aprofundar a pesquisa nesse contexto de educação não-formal, que é bastante significativa para complementar a educação formal. Considerando as diversas possibilidades de atuação do pedagogo visto acima, surgem portanto, algumas indagações, para isso o presente trabalho tem como objetivo geral compreender os desafios e possibilidades de atuação do pedagogo nos espaços não-escolares, no Centro de Referência de Assistência Social de Angicos (CRAS), bem como objetivos específicos sobre refletir sobre as possibilidades de ação educativa nos diferentes espaços não escolares; compreender o CRAS enquanto espaço de educação não escolar; conhecer as práticas de assistência social desenvolvidas pelo CRAS e o público atendido pela instituição e analisar as contribuições que a atuação do pedagogo pode propiciar para um melhor desenvolvimento das atividades no CRAS/Angicos.

Nesse sentido, a relevância da presente pesquisa consiste em apresentar as possibilidades de atuação do pedagogo nos espaços não escolares, especificamente no Centro de Referência de Assistência Social da cidade de Angicos/RN, por acreditarmos que a valorização desse profissional nesse espaço formativo pode contribuir para a transformação do sujeito na sociedade por permitir um trabalho educativo planejado por um profissional graduado na área de pedagogia para, juntamente com uma equipe multidisciplinar, possa colaborar com a formação do indivíduo que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, é necessário que a prática pedagógica ganhe perceptibilidade através do pedagogo nos espaços educativos não escolares, evitando dessa maneira a "rotulagem" de que o pedagogo atua somente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental I, tornando-se ademais importante observar suas competências também fora do campo da educação formal. Por isso, acreditamos que se faz necessário refletir sobre a importância do pedagogo social na instituição aqui referida, o que justifica como questão problema em: quais os desafios e possibilidades da atuação do pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social - CRAS/Angicos?

Por conseguinte, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica, pois segundo Minayo (1994), consiste na etapa inicial de todo o trabalho científico ou acadêmico, com o propósito de reunir as informações e construção de dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir do tema proposto. Para isso, utilizaremos como pressupostos teóricos autores como Libânio (2001), Caliman (2010), Gohn (2006), Costa (2018), entre outros autores e documentos. A mesma refere-se a uma pesquisa qualitativa, pois não se preocupa apenas com princípios, leis e generalizações, mas se interessa com os fenômenos sociais.

Quanto ao tipo de abordagem, a pesquisa é considerada exploratória por colaborar para a evolução de um estudo para a familiarização do pesquisador com o objeto que está sendo investigado durante a pesquisa, permitindo o aprofundamento da temática estudada. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória tem o objetivo final de desenvolver, e modificar conceitos e ideias, sendo assim a presente pesquisa se enquadra nessa perspectiva com o intuito de refletir sobre a atuação do pedagogo no espaço e de formular ideias e conceitos.

As abordagens foram feitas através de observações das relações humanas por meio de uma pesquisa de campo (MINAYO, 1994, p.21-22), desenvolvida através de observações e das interações com os assistentes sociais (a), psicólogos(a) e técnicos (a) envolvidos no trabalho da instituição do Centro de Referência de Assistência social (CRAS) na cidade de Angicos/RN, durante o período em que foi realizado o estágio supervisionado em Ações Educativas em Espaços não Escolares, assim como também por meio documental como fotografias ilustrando os momentos vivenciados bem como através de um questionário estruturado com sujeito da pesquisa, um pedagogo que atuou no CRAS Angicos/RN entre os anos de 2015 e 2016.

Em vista disso, através do diálogo entre profissionais que atuam na instituição acima citada, temos como finalidade trazer informações contundentes com respeito a relevância do pedagogo social no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), trazendo suas contribuições a fim de garantir os direitos do cidadão que se encontra em vulnerabilidade social.

Diante da abordagem, para fins de sistematização, o presente trabalho estrutura-se em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Uma visão panorâmica de diferentes modalidades educativas: conceitos e pressupostos”, tem como objetivo abordar as modalidades educativas e alguns dos seus conceitos, bem como fazemos uma síntese da Pedagogia social inserida no processo de formação da sociedade. Nesse sentido, trazemos a importância da atuação do pedagogo nos espaços não formais, dando ênfase a sua atuação ao Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. Já no segundo capítulo, é apresentada a caracterização do CRAS e seus desafios na efetivação da assistência social e promoção da cidadania. Nesse sentido, apontamos a sua regulamentação e a necessidade da instauração das unidades em municípios ou DF, bem como apresentamos as características do CRAS de Angicos/RN. No capítulo três, abordaremos o pedagogo no referido CRAS, e a sua importância através de uma pesquisa de campo e entrevista semiestruturada com um profissional que atuou na área. Finalizando, apontamos em um capítulo conclusivo as considerações finais, mostrando a relevância e objetivo do pedagogo na atuação da unidade do CRAS de Angicos/RN, tendo em vista que exerce um papel fundamental na oferta de serviços e programas de assistência social,

bem como na busca de garantir o acesso a direitos e serviços básicos para pessoas em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a inclusão social e redução das desigualdades.

2 UMA VISÃO PANORÂMICA DE DIFERENTES MODALIDADES EDUCATIVAS: CONCEITOS E PRESSUPOSTOS

O conceito de educação tem se tornado amplo no mundo contemporâneo decorrente da complexidade da sociedade e das diversas formas de atividades educativas nos processos sociais (LIBÂNEO, 2010). A educação está presente na maioria dos espaços, seja em casa, na rua, na igreja ou na escola, ela está presente em todos os ambientes e faz parte de nossas vidas, vinculada esse preceito, a mesma não se reduz há um único modelo. Com isso, o ensino sistematizado nas instituições escolares não é a única prática de ensinar, assim como não é o único lugar que se aprende bem como os processos de ensino e aprendizagem também não são inerentes apenas ao professor.

As práticas pedagógicas ocorrem em diferentes contextos, sejam elas no meio familiar, nas escolas, através dos meios de comunicação, dos movimentos sociais e por intermédio dos grupos humanos organizados em instituições não escolares etc. Libâneo (2001), afirma que a mediação educativa da pedagogia acontece na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, por meio da produção de material informativo, assim como nos livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e na construção e preparação de brinquedos educativos. O meio de comunicação desempenha um papel fundamental na transformação dos estados mentais e afetivos dos indivíduos não só através de propagandas, mas também espalha saberes e a forma de ação nos campos da economia, política, moral, difundindo saber educacional concernente às drogas, preservação ambiental, saúde, comportamentos sociais etc.

Segundo Libâneo (2010), a ação pedagógica percorre toda a sociedade. O autor menciona que “campo educativo é bastante vasto, porque a educação ocorre na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política” (LIBÂNEO, 2010, p.31). Nessa perspectiva, as modalidades educativas consistem na educação formal, não-formal e informal. Vejamos, a seguir, as principais características de cada uma delas.

2.1 EDUCAÇÃO FORMAL: UMA EDUCAÇÃO REGULAMENTADA

Segundo a abordagem de Costa (2018), a educação formal é uma modalidade de ensino regulamentada e regida por uma lei própria, fazendo parte da rede de ensino público de forma sistematizada, no âmbito federal, estadual e municipal. Ela é formada no chão da escola, sendo orientada por um grupo direcionado e formado pela organização pedagógica que envolve professores, funcionários, pais e alunos. A educação formal requer a inserção no ambiente escolar, constituindo-se através da cultura, política, economia, ideias, oposições e demais artefatos. O sistema nela existente se caracteriza no modelo curricular, metodológico e organizacional para apresentar os conteúdos de forma ordenada aos alunos.

Considerando essa organização é necessário que a aprendizagem e o desenvolvimento pedagógico sigam uma ordem, exigindo planejamento, demanda de tempo, local próprio e profissional capacitado, para que a aprendizagem se torne legítima para certificação no término do curso.

Com respeito a sua regulamentação, há documentos importantes que regulamentam as orientações nas quais a instituição escolar deve ser guiada, assim como o desempenho e dever do seu trabalho. Para citar alguns, podemos frisar a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu Cap. III seção da Educação, Art. 206 inciso III relata: “Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas” (BRASIL, 1988, p.120).

Temos nesta mesma perspectiva a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96), no Título I da Educação Art 1 do § 1º aponta: “Esta lei disciplina a educação escolar, que desenvolve, predominantemente por meio do ensino, em instituições próprias”; e no parágrafo seguinte fala que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social” (BRASIL, 1996, p.7) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- Lei nº 8.069/90), amparando o direito de educação para a criança e ao adolescente, (Art. 53) em seu inciso I onde garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Assim, amparados por legislações e documentos, temos garantido a educação formal como um direito a todos e como dever do Estado em ofertá-la. Por meio desses documentos é possível compreender como se dá sua organização, considerando que deve seguir um currículo, e está dividida em disciplinas, que segue regras, leis, dividindo-se por idade e nível de conhecimento.

2.2 EDUCAÇÃO INFORMAL: UM PROCESSO NÃO ESTRUTURADO DE APRENDIZAGEM

A educação informal, diferente da formal, é aquela que acontece naturalmente e involuntariamente, através de uma interação social, do convívio com a família, com amigos e nas relações sociais e outros. Essa educação se adquire com a vida, desde o nascimento, se aprende sem burocracia, não precisa ser regulamentada por diretrizes ou leis constitucionais, para isso o indivíduo precisa apenas fazer parte do meio social.

Ela está relacionada às ações exercidas através do ambiente sociocultural, desenvolvida por meio dos indivíduos e grupos envolvendo o social, ecológico, físico e cultural e assim, resultando em experiências e conhecimentos que não necessariamente devam estar relacionados a uma instituição e sim de maneira instintiva e não de forma sistematizada. De acordo com Gohn (2006), na educação informal os mediadores dessa educação são os pais e a família em geral, assim como a igreja onde se reúnem e os meios de comunicação. A autora ainda afirma que:

A educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referência de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa e local onde se nasce etc. (GOHN, 2006, p.7)

Assim, percebe-se que a educação informal não se limita a um certo espaço, mas em todo ambiente onde exista interação social, troca de saberes e relacionamento entre indivíduos, ou seja, a educação informal tem como objetivo socializar os indivíduos e desenvolver hábitos e atitudes.

2.3 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: QUANDO A EDUCAÇÃO OCORRE PARA ALÉM DO AMBIENTE FORMAL DE ENSINO

A educação não-formal acontece em ambientes diversos fora do ambiente escolar, pois pode ser desenvolvida em associações, trabalhos comunitários, museus, cinemas, praças,

instituições filantrópicas, movimentos sociais e outros, com a mediação do pedagogo formado para atuar nesses espaços não-formais, trabalhando em coletividade e de maneira interativa. Diferentemente da formal, mas não menos importante, a educação não-formal procura estabelecer uma proposta de forma coletiva com a intenção de alcançar a comunidade assim como seus interesses de uma forma menos burocrática. Ela contribui com as necessidades humanas e sociais, direcionado à capacitação e habilidades por meio da aprendizagem para que esse indivíduo tenha a percepção de leitura do mundo, que gira ao seu redor.

A educação não-formal possibilita aos indivíduos sociais se estruturarem com fins comunitários, direcionada a soluções de problemas que se deparam no seu cotidiano. Partindo do diálogo com Gohn (2006), essa modalidade de educação contribui para a aquisição de conhecimento da política de direitos do cidadão; para a qualificação e inserção do sujeito para o mercado trabalhista, através da obtenção de conhecimentos e/ou desenvolvimento das suas potencialidades; para a aprendizagem de conteúdos dando oportunidade aos indivíduos de adquirir uma visão de mundo com mais amplitude partindo dos seus próprios conceitos e a percepção daquilo que o rodeia etc.

Um exemplo de como a educação não-formal está relacionada com a aquisição de conhecimentos sobre política de direitos do cidadão, é através de programas de educação em comunidades marginalizadas. Tais programas podem envolver palestras, debates e atividades práticas envolvendo as questões de direitos humanos, cidadania e participação política.

Quanto a sua qualificação para o mercado de trabalho, a educação não-formal pode oferecer cursos e treinamentos profissionais que ajudam aos indivíduos a adquirir habilidades específicas como informática ou outras habilidades práticas. A educação não-formal pode mediar a aprendizagem de conteúdos ao sujeito de modo mais criativo e interativo, assim como no ensino formal, através de atividades práticas como jogos, debates e outras formas de aprendizagem que incentivam a participação e envolvimento ativo do aluno. Todos esses mecanismos podem ser oferecidos através da educação não escolar e a exemplo disso são os espaços não escolares, assim como o Centro de Referência e Assistência Social-CRAS e outros.

O trabalho desenvolvido na educação não escolar deve atender às necessidades da comunidade a ser trabalhada. Assim, deve ser desenvolvido pela equipe multidisciplinar, a qual participa o pedagogo social, e deve facilitar práticas interativas através de circunstâncias diversas, possibilitando a autoestima, independência do indivíduo para que ele se sinta parte integrante de um determinado grupo, facilitando esse processo de aprendizagem. A intenção da

educação não-formal é a construção de sujeitos emancipados, ativos e participativos na sociedade, passando a ter autonomia como cidadão.

Com isso, para contextualizar a importância da educação não-formal Gohn (2006, p.7), vem afirmar que a “educação não formal é um campo valioso na construção daquelas agendas, e para dar sentido e significado às próprias lutas no campo da educação usando a transformação da realidade social”. A autora ainda traz a discussão sobre a importância da educação não formal, que defende a construção de novas agendas, de maneira que contemplem projetos emancipatórios com o objetivo de uma mudança social, dando sentido e significado, que se pense em possibilidades para um novo modelo de economia não supressora, de maneira que o sujeito social seja valorizado em sociedade e não o mercado financeiro, visando lucro, ou status políticos e sociais.

Com respeito aos espaços de atuação, a educação não-formal ou não escolar, diverge da educação formal ao defender uma proposta de trabalho coletivo, dando prioridade aos interesses da comunidade. Tal educação se caracteriza principalmente pela necessidade de contribuir para a formação dos indivíduos que consigam alcançar a sociedade e seu envolvimento com o mundo globalizado. Deve-se refletir como a educação não escolar tem se conduzido no mundo atual, apresentando de forma superficial como contribui para a formação do sujeito ao ser atendido em espaços distintos. No entanto, vale ressaltar que essa dimensão da educação se encontra em período de construção duradoura, cada vez mais assumindo novas ações conforme seus objetivos alcançados. Com respeito a esse tipo de educação Costa diz que:

É importante termos clareza de que a educação não-escolar, em toda a sua expansão, deve priorizar que as pessoas consigam de fato ter acesso a uma sociedade que reconheça em suas diferenças, sendo valorizadas em suas potencialidades e respeitadas em sua cultura. (COSTA, 2018, p.132)

Assim sendo, percebe-se que a educação não escolar ganhou maior espaço nos últimos tempos, a partir de movimentos sociais, passando a lutar com mais entusiasmo por temáticas envolvendo os direitos sociais, dando visibilidade para o que se denomina de Pedagogia Social.

2.3.1 PEDAGOGIA SOCIAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO OU O PEDAGOGO SOCIAL COMO FACILITADOR NO PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIAL

A pedagogia social é uma área dentro da educação que objetiva garantir um ensino para todos, respeitando as diferenças e limitações de cada aluno, estimulando assim sua inclusão nos espaços de ensino-aprendizagem e ajudando-os a enfrentarem os desafios das diferenças sociais e a comunicação, colaboração e senso crítico. A mesma é imprescindível para a articulação no sistema escolar, pois além da educação escolar há outras formas de educação tão essenciais quanto a atuação do pedagogo em uma sala de aula.

A pedagogia social por intermédio da educação social é capaz de dar suporte a população que encontra-se em condições precárias ou excluída pela sociedade e que por vezes são crianças, adolescentes e jovens, que são alcançadas por ambientes não formais ou em organizações sociais, onde estarão amparadas de acordo com suas necessidades, por ser um espaço educacional voltado para essa demanda social. Entre os locais podemos citar as associações, clubes, obras sociais etc. e suas práticas estão voltadas para a educação, ao esporte, à cultura, lazer ou trabalho, partindo de estratégias metodológicas, ações sociais e projetos com a mediação do pedagogo social.

Além de ser atribuída ao processo de ensino e aprendizagem fora de sala de aula, a pedagogia social também contribui para a solução de problemas sociais existentes dos alunos. Ela manifesta uma conexão entre os processos de ensino-aprendizagem e a dimensão socio pedagógica. Essa educação, conforme nos mostra a LDB/1996, em seu artigo 1º, "abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (BRASIL, 1996, p. 1).

Em vista disso, a pedagogia social no Brasil tende a ser idealizada como uma ciência pertencente à categoria das ciências da educação, pois a mesma é considerada sensível à atuação da sociabilidade humana, ou seja, que desempenha uma educação social de indivíduos historicamente instituídos. Sua atuação dá-se em diversos campos educacionais tais como: ONGs, associações, igrejas, museus, sindicatos, hospitais, presídios, empresas, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e etc.

Na visão de Caliman (2010, p. 343), "a pedagogia social pode ser compreendida como uma ciência sensível à dimensão da sociabilidade humana, que atende na maioria das ocasiões especialmente a educação social de sujeitos historicamente situados". No entanto, a educação a qual está sendo abordada, vai além da educação formal, pois alcança as pessoas de maneira

colaborativa nas suas adversidades existentes, onde geralmente, as crianças, adolescentes e jovens são aqueles que mais sentem com o descaso às necessidades. E para que a educação social ultrapasse os muros escolares, o autor aponta que o brasileiro com sua criatividade inova os processos educativos fora do ambiente escolar com grande quantidade de instituições e atividades direcionada à educação formal: escola aberta nos fins de semana, atividades de lazer e esporte, centros juvenis, "oratórios", comunidades de recuperação de toxicodependentes e para adolescentes em situação de risco e em divergência com a lei, creches comunitárias e as demais existentes.

Nesse pensamento, a prática socioeducativa vincula-se ao amplo aprendizado, efetivando o conhecimento e metodologias em volta das instaurações socioeducativas. Nesta mesma perspectiva, Caliman (2010), traz a importância de o pedagogo social atuar nos espaços não escolares para também alcançar o indivíduo que por vezes é excluído da sociedade e que necessita de um atendimento humanizado voltado para suas reais necessidades. O Processo educativo não pode ser concentrado apenas no sistema educacional escolar, mas precisa ir além dos muros da escola, para que a educação social juntamente com a educação escolar transforme a realidade dos indivíduos que estão desprotegidos. Complementando esse pensamento Caliman menciona que;

Os processos educativos têm sido sempre centralizados, no Brasil, naqueles relacionados ao sistema escolar. A demanda emergente da necessidade social, especialmente aquelas referentes à infância e à juventude trouxe à tona outros processos educativos igualmente significativos e influentes. Em muitos casos a população socialmente excluída, em particular, crianças, adolescentes e jovens, encontra em organizações sociais e outros ambientes não formais o apoio indispensável para superar as suas condições de exclusão. (CALIMAN, 2010, p. 345)

Partindo do pressuposto de que vários são os espaços onde a prática educativa pode acontecer e que a Pedagogia Social possibilitou a atuação do pedagogo nos diferentes espaços formativos, vamos analisar a seguir o Centro de Referência de Assistência Social de Angicos/RN enquanto uma instituição responsável pela execução das ações com a finalidade de fortalecer vínculos entre famílias e também com a comunidade e ser capaz de organizar e articular com as unidades da rede socioassistencial, assim como viabilizar outras políticas a fim

de facilitar o acesso aos serviços, benefícios e projetos com respeito à assistência social para aqueles que necessitam de ajuda.

3 CARACTERIZAÇÃO DO CRAS E OS DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), é um órgão público tendo suas instalações localizadas especificamente em espaços com uma maior vulnerabilidade social tendo como foco principal ofertar serviços de assistência social com o propósito de fortalecer os vínculos entre família e comunidade.

A partir da percepção das particularidades de cada região e dos indivíduos que nela habitam, o CRAS viabiliza a organização de projetos e serviços sociais juntamente com as unidades das redes socioassistencial e outras políticas, com o objetivo de suprir as necessidades básicas dos cidadãos. Dessa forma, o referido acima facilita o acesso aos serviços assistenciais para a comunidade como os benefícios e projetos voltados para a Assistência Social, dessa forma, o CRAS se torna referência assistencial para a população local e para os serviços setoriais.

A partir do conhecimento territorial, a equipe do CRAS pode promover ações comunitárias através de palestras, campanhas de eventos junto à comunidade com o objetivo de encontrar soluções para o enfrentamento de diversas situações, como a falta de acessibilidade, violência no bairro, gravidez na adolescência, trabalho infantil, extrema pobreza, assistência psicológica, falta de transporte, baixa qualidade nos serviços, falta de espaços de lazer, cultural e entre outros.

De acordo com o Portal do Ministério do Esporte¹ o CRAS tem a responsabilidade de realizar uma busca ativa através de uma “equipe volante” para ter acesso às comunidades ribeirinhas, indígenas, rurais, quilombolas e outras de difícil acesso². As equipes volantes têm o intuito de atender as famílias de difícil acesso que estão em situação de risco social ou vulnerabilidade, especialmente os que se encontram em extrema pobreza. O mesmo ainda coopera com as realizações de planos para a busca ativa em prol da localização de pessoas

¹ Disponível em: PORTAL BRASIL.Convivência e Fortalecimento de Vínculos-Ministério do Esporte/2009. <Convivência e Fortalecimento de Vínculos — Ministério do Esporte (www.gov.br)> Acesso em: 27/04/2023.

² Este deslocamento é realizado por meio de carros e lanchas da assistência social. A lancha da Assistência Social é utilizada para transportar as equipes volantes e também carrega os materiais necessários para suprir os serviços e ações de proteção social básica nestes locais mais isolados

extremamente pobres que ainda não foram inscritos no Cadastro Único (dados que servem para identificar e conhecer as pessoas e famílias mais vulneráveis do país) para programas sociais do Governo Federal. As ações são resultado de uma parceria do Ministério da Cidadania e da Marinha do Brasil, sendo o Ministério responsável pela doação das embarcações para os municípios e a Marinha, responsável pela construção e transporte das lanchas e treinamento dos pilotos.

Todavia, existem necessidades na efetividade do trabalho realizado pelos Centros Assistenciais, entre eles o processo de inclusão das pessoas na sociedade, a fim de poder analisar as dificuldades e a partir dessa análise, apontar soluções para que os indivíduos alcancem seus direitos e acesso a uma vida mais decente. Em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social Cap I, sancionada pelo Presidente da República e decretada pelo Congresso Nacional, cuja Lei de Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a sociedade que se encontra em situação de vulnerabilidade está devidamente amparada na garantia de seus direitos. No Art.1º da lei referida, é mencionada a seguir que:

Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL,1993, Art 1º)

Para que a lei seja cumprida, é necessário a instauração e funcionamento adequado dos programas sociais para poder assistir as necessidades mínimas do cidadão dentro do seu contexto social e é através das instituições públicas criadas com intuito de atender tais demandas sociais. Entretanto, é de extrema relevância a instalação de um órgão governamental para fins assistenciais, como o Centro de Referência de Assistência Social naquele município que se encontra em área de vulnerabilidade social, pois é uma das instituições que trabalham com programas voltados para atender a carência da sociedade em condições desfavoráveis. Em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o CRAS é uma unidade pública governamental, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade onde está localizado, traz a necessidade de desenvolver os programas de proteção social básica que visam alcançar a população, especialmente nos locais periféricos do município que se encontra em situação de vulnerabilidade social. A nível de contextualização, o PNAS, menciona que:

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio – familiar e comunitário. [...] Na proteção básica o trabalho com a família deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e socialização do seus membros; constituir-se como referências morais de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2004, p. 29).

O CRAS é uma unidade de referência e proteção social, mantida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e é responsável pela organização e provimento dos serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tem como foco evitar ou resolver problemas advindos de condições de vulnerabilidades sociais, através de competências adquiridas para o fortalecimento de vínculos entre famílias e comunidade. Nesse sentido é garantido o acesso aos direitos do cidadão que por vezes foram violados, que residem naquela extensão territorial ou DF.

Todo Centro de Referência de Assistência Social que está em atividade tem como obrigatoriedade desenvolver a gestão da rede socioassistencial de proteção social básica daquele território de abrangência e oferecer ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), não importando a origem do financiamento, ofertado através do Município, Governo Federal e/ou Estadual.

O funcionamento do CRAS em uma unidade está dividido em dois pilares: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), uma atividade da Proteção Social Básica do SUAS, responsável para ofertar de forma integrante ao trabalho social com famílias da comunidade e é realizado através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos o (PAEFI).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), pode também desenvolver trabalhos de maneira coletiva, como as atividades artísticas, culturais, lazer e esportivas. Trazendo a intenção de usar estratégias para poder estimular e orientar aos usuários, que através de suas vivências, seja individual, em grupo ou familiar, oportunize a construção de suas próprias histórias. Esse serviço tem o propósito de fortalecer as relações entre família e comunidade, assim como também proporcionar a inclusão e troca de experiências entre os indivíduos participantes, valorizando a convivência entre eles. O SCFV tem a responsabilidade

de defender os direitos do cidadão e desenvolver a capacidade de cada um em sociedade. Ainda em conformidade com Portal do Ministério do Esporte, as ações do SCFV atendem aos usuários que podem ser divididos em grupos e de acordo com a faixa etária e integrantes que são: Crianças de até 6 anos; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; jovens de 18 a 29 anos; adultos de 30 a 59 anos e pessoas idosas.

Já o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. (PAIF), oferece às famílias em condição precária de vulnerabilidade social, ações assistenciais de forma contínua com o intuito de evitar o rompimento dos vínculos familiares, assim como garantir o direito à convivência entre família e comunidade a fim de manter relações entre si. O PAIF está atribuído exclusivamente ao poder público e o seu serviço é desempenhado através do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS. Os serviços ofertados pelo PAIF a fim de alcançar os indivíduos são distribuídos através das seguintes atividades:

- Entrevista;
- Visita domiciliar;
- Grupos e famílias Atendimento Particularizado;
- Atendimento Particularizado Domiciliar;
- Reuniões de Planejamento Participativos;
- Palestras;
- Campanhas socioeducativas;
- Eventos comunitários;
- Encaminhamento com acompanhamento para benefícios e serviços socioassistenciais ou para as demais políticas setoriais.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CRAS - ANGICOS/RN

Uma história também é construída a partir de informações, consequentemente, sem o acesso direto aos dados, a historicidade do espaço fica comprometida. Para que venhamos a compreender e estudar o passado de maneira precisa é necessário a garantia de acesso a esses documentos. Com a ausência desses dados pode haver falta de compreensão da evolução e das transformações de uma determinada região ou instituição, prejudicando o desenvolvimento de políticas públicas ou privadas, e a tomada de decisões importantes. É fundamental que os órgãos

responsáveis sejam devidamente equipados e estruturados para a preservação desses documentos com a finalidade de garantir o acesso e preservação desses registros históricos.

Nesse sentido, torna-se relevante iniciar este tópico informando que não encontramos a documentação acerca da fundação do CRAS - Angicos/RN. Tal documento não consta nos registros do CRAS, Secretaria de Assistência Social, bem como nos arquivos da Prefeitura Municipal de Angicos. As informações colhidas foram fornecidas através da funcionária que presta serviços à Secretaria de Assistência Social, que se empenhou em procurar tais documentos. Para tanto, com a ausência de tais documentos históricos para a realização de uma investigação mais abrangente, pode tornar a pesquisa limitada, deixando algumas lacunas pela indisponibilidade de registros que seriam valiosos para a construção do trabalho e com isso podem acarretar prejuízos ao leitor com respeito a uma melhor compreensão do conteúdo. Nesse sentido, houve dificuldades no sentido de conhecer mais a fundo a respeito da criação da assistência social do município antes da fundação do CRAS.

Uma vez impossibilitados de fazer um registro dos aspectos históricos do CRAS Angicos/RN, passamos a descrição da sua infraestrutura. O ambiente não é tão espaçoso, mas dispõe de (6) salas, (2) banheiros, (1) cozinha, (1) área de lazer na parte de trás para realização de eventos, prática de esportes como capoeira, reuniões e atividades físicas. As salas estão divididas da seguinte forma: (1) para a coordenação, (1) sala da recepção, (1) sala de reunião e oficinas, (1) do atendimento do psicólogo e assistência social, (1) para atendimento do Criança Feliz e a (1) para o atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

A equipe de referência do CRAS é formada por profissionais responsáveis pela gestão territorial da Proteção Básica. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS-NOB-RH/SUAS, dependente do número de famílias referenciadas pelo CRAS. Seu público-alvo são:

- Famílias em processo de reconstrução de autonomia;
- Famílias em processo de reconstrução de vínculos;
- Famílias com crianças, adolescente, jovens e idosos inseridos em serviços socioassistenciais, territorialmente referenciadas ao CRAS;
- Famílias como beneficiários do Benefício de Prestação Continuada;
- Famílias inseridas em Programas de Transferência de Renda.

Quanto à equipe técnica, é composta por (1) coordenadora, (3) assistentes sociais, sendo (1) volante, (2) psicólogas, sendo (1) volante, (1) orientador do Programa Criança Feliz, (1)

recepcionista, (2) agentes administrativos, (3) facilitadores de oficinas, (4) orientadores sociais, (1) auxiliar de serviços gerais (1) merendeira, (1) motorista e (1) recreador de idosos. O Centro funciona de segunda à sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h. No entanto, os encontros dos grupos da capoeira, do coral, das mulheres e do futsal ocorrem uma vez por semana, ocorrendo reuniões mensais com os pais ou responsáveis pelas crianças assistidas.

O CRAS desenvolve projetos e planos de ação, dentre eles temos: “BEM-ME-QUER”- Grupo de Mulheres: é o projeto desenvolvido com o objetivo de promover uma busca ativa das mulheres na sociedade no âmbito da sua valorização e autoestima, assim como desenvolver as habilidades artísticas das mulheres e com isso trazendo alternativas para uma suposta criação de renda. O projeto objetiva alcançar mulheres em situação de vulnerabilidade social, que estão vinculadas e acompanhadas pelo CRAS com idade a partir de 18 anos, caracterizando-se como trabalho psicossocial de forma continuada com o intuito de promover um espaço agradável e participativo a fim de que haja resultado positivo através das experiências vivenciadas e poderem fazer reflexões sobre a realidade social das participantes do projeto. Esse projeto é acompanhado pela psicóloga e Assistentes Sociais, tendo como parcerias: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e a Equipe do Programa Criança Feliz.

Tem também Atividades como o Futsal (prática esportiva); Oficinas: Canto coral (música); Capoeira: (artes marciais)

O Centro conta com um plano anual de atividades³ desenvolvidas através do SCFV, tem como meta atingir o público em quantidade e de faixas etárias:

- Crianças de 6 a 12 anos, aproximadamente 50 participantes;
- Adolescentes de 12 a 17 anos, 100 participantes;
- Idosos a partir de 59 anos, 100 participantes.

Temos ainda o trabalho social considerado como essencial ao serviço e é ofertado através das medidas como:

- Acolhida, orientação e encaminhamentos;
- Grupos de Convivência e fortalecimento de vínculos;
- Informação, comunicação e defesa de direitos;
- Fortalecimento da função protetiva da família;

³ Tal plano anual de atividades foi adquirido em uma de nossas idas a campo, através de uma profissional que atua no referido CRAS.

- Mobilização e fortalecimento de redes sociais e de apoio;
- Construção de bancos de dados de usuários e organizações;
- Elaboração de relatório e/o prontuários;
- Desenvolvimento do convívio familiar em meio a comunidade;
- Mobilização para cidadania.

Em consonância com o plano anual do SCFV, as atividades são elaboradas em forma de oficinas e realizadas em grupos, a fim de possibilitar um espaço de convivência para o desenvolvimento de suas potencialidades e estimular a socialização comunitária e fortalecimento de vínculos familiares, assim como trazer contribuição para proteção ou prevenção das situações de vulnerabilidades sociais encontradas. E com a intenção de atender as necessidades dos participantes do CRAS de forma que venha ser efetiva, foram elaborados objetivos específicos para alcançar esse público que citado em seguida:

- Valorização e ampliação do universo informacional com respeito ao conhecimento sobre as artes e a cultura do município, levando-os a desenvolver suas habilidades e por consequentes fortalecer a identidade e o pertencimento do indivíduo de modo particular. Buscando promover experiências e vivências lúdicas através das oficinas e atividades com o objetivo de aproximar família e comunidade.
- Elaborar atividades lúdicas a fim de estimular as crianças e adolescentes sobre cultura e suas ramificações artísticas, possibilitando-as o conhecimento do lugar onde moram, desse modo permitindo o desenvolvimento das potencialidades e talentos assim como a inserção na comunidade, a construção e formação de identidade, autonomia e consciência cidadã.
- Mediante o atendimento, a contribuição seja de forma efetiva para inserção, reinserção e permanência dos jovens no sistema educacional, estimulando a participação na vida pública desenvolvendo competências, a fim de uma compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.
- Oferecer de forma efetiva uma melhor qualidade de vida e um envelhecimento saudável das pessoas idosas, incentivando sua participação nos encontros semanais, gerando a socialização nas atividades esportivas, lazer e outros. dando a oportunidade de participar das atividades produtivas e de contemplação de renda que auxiliam na manutenção familiar.

Os Serviços de Referência e Assistência Social com todas as suas características e utilidade em atender a necessidade da sociedade torna-se um instrumento de grande relevância

territorial, no entanto, considerando sua mediação para uma inclusão social percebe-se que, na atual equipe de serviço localizado no município de Angicos, não existe profissional pedagogo atuando como mediador de uma educação efetiva e social.

Com a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Res.(017/2011) dá o devido respaldo para a inserção de tal profissional na unidade CRAS, e afirmando no Art.2º que nas solicitações específicas dos serviços socioassistenciais, permitindo que as categorias profissionais de nível superior sejam incluídos nas equipes de referências e uma das categorias aponta o pedagogo como profissional qualificado. Tal situação nos chama atenção por entendermos que através de uma ação educativa e cultural, o pedagogo social pode contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento das atividades planejadas com a equipe multidisciplinar, para que através da sua execução contribua para o processo socioeducativo do indivíduo e família em situação de vulnerabilidade social.

Verificamos que com a ausência do pedagogo no CRAS podem ser observados impactos, principalmente na área da educação e no desenvolvimento humano e são atribuídas algumas consequências negativas que podem ser significativas no processo de inclusão social do usuário e comunidade.

Sem a ação do pedagogo as atividades educativas e culturais podem ter prejuízos, gerando desencorajamento aos usuários com respeito ao aprendizado. Especialmente em relação às crianças e adolescentes, pois uma vez sem esse suporte pedagógico, elas podem perder a autoestima e autoconfiança e com isso um baixo rendimento no desenvolvimento cognitivo e emocional, havendo prejuízo para os participantes do CRAS.

Ainda para reafirmar a importância do pedagogo no processo de inclusão social do indivíduo e comunidade atendendo suas necessidades, o parágrafo §1º do Art. 2º, Resolução (017/2011), afirma que o pedagogo faz parte da categoria de profissionais que pode integrar as equipes de referência atendendo a necessidade de estruturação e composição de acordo com as especificidades e realidades dos usuários, a fim de aprimorar e qualificar os serviços socioassistenciais. Nessa mesma perspectiva podemos avaliar o pedagogo na visão de Caliman

Um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas sócio-educativos de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades- novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental. (CALIMAN, 2008, p.38).

Mediante ao pensamento de Caliman é relevante afirmar que o pedagogo age como um polivalente, pois através das suas potencialidades é capaz de atuar em várias modalidades de educação, assim como na educação social.

4 A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO SOCIAL EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS DE ENSINO: COM A PALAVRA, UM PEDAGOGO

A presente pesquisa foi desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Angicos/RN, como um desdobramento das observações feitas durante o período de estágio obrigatório supervisionado em Educação em Espaços Não Escolares no ano de 2022. Durante o período de estágio foi notório a necessidade da atuação de um pedagogo no CRAS de Angicos, pois foi observado a ausência de elaboração de atividades voltadas para as crianças e adolescentes relacionada à educação. Apesar de haver os orientadores sociais para executar as atividades, falta, no entanto, um profissional com a formação adequada para um melhor desempenho das atividades. Nessa perspectiva, para que haja um bom planejamento de atividades é necessário que o pedagogo seja esse mediador do conhecimento e da metodologia.

Para embasar a importância da atuação do pedagogo como parte da equipe multidisciplinar do CRAS, aplicamos um questionário estruturado, como instrumento de construção de dados. Tal questionário foi aplicado com um pedagogo que atuou nos anos de 2015 e 2016 na unidade referida, tendo em vista que o CRAS não dispõe atualmente, momento esse em que está sendo desenvolvida a pesquisa. O questionário foi estruturado com (8) perguntas. Para fins de manter o anonimato do participante da pesquisa, criamos o pseudônimo de Daniel. Daniel tem 48 anos, é licenciado em Pedagogia e ingressou no CRAS através de um processo seletivo entre os anos de 2015 e 2016.

Questionado sobre as atividades desenvolvidas enquanto pedagogo atuante no CRAS em Angicos ele respondeu que sua atuação esteve relacionada com o acolhimento, planejamento com os orientadores e técnicos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de atividades coletivas, bem como a realização de busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visavam prevenir o aumento de incidências de situações de risco. Ele ainda completa que “também visava ao acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do programa bolsa-família” bem como a “alimentação do sistema de informação e registro das ações desenvolvidas e a participação preparatórias ao planejamento, seja ele semanal, quinzenal, mensal ou anual”.

Diante das respostas, vemos quão importante a relevância da contribuição do pedagogo social no CRAS, como um facilitador de conhecimentos e habilidades metodológicas para o desenvolvimento de estratégias para a vinculação do indivíduo e sociedade, incluindo desde as crianças aos idosos. Essa prática pedagógica dentro das instituições é desenvolvida de maneira colaborativa, e de acordo com Caliman (2010), a pedagogia crítica é uma resposta à necessidade de solidariedade social para o desenvolvimento do voluntariado, instituições de acolhida, prevenção, recuperação, reinserção social.

Daniel também destacou a importância dos conhecimentos necessários para o bom desempenho nesses espaços, como por exemplos os marcos regulatórios da política da assistência social, tais como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica (NOB) e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH/SUAS). Nessa perspectiva, de acordo com as orientações técnicas do CRAS, diz que:

Para agir preventivamente é necessário dispor de informação, conhecer o território e as famílias que nele vivem. A identificação e o conhecimento das situações de vulnerabilidade e risco social devem ser utilizados como fonte para o planejamento municipal, para definição de serviços socioassistenciais a serem ofertados em cada território e para a ação preventiva nos territórios dos CRAS. (BRASIL, 2009, p.32).

Através do conhecimento dos marcos regulatórios, o pedagogo pode compreender melhor as diretrizes e objetivos da assistência social e do CRAS, bem como os procedimentos e as exigências a fim de desenvolver um trabalho de qualidade de maneira efetiva e promover ações mais adequadas e eficazes de acordo com as demandas identificadas e necessidades da comunidade atendida pelo CRAS. E assim, contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunidades, promovendo o desenvolvimento humano e social.

O CRAS - Angicos oferece os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Contudo, Daniel aponta que encontrou dificuldades no trabalho desenvolvido com os grupos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Quanto a esse serviço, é importante e necessita de uma boa articulação para garantir o sucesso e a efetividade desses grupos. Seus objetivos são de promover ações colaborativas, troca de experiências e o fortalecimento das relações sociais e familiares. Quanto a Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). para contextualizar sua importância, tais

serviços tem o objetivo de promover a proteção social e a melhoria da qualidade de vida das famílias. Em consonância com as Orientações Técnicas do CRAS seguem;

O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS (BRASIL, 2009,p.33).

Questionado sobre a necessidade de um pedagogo no CRAS como mediador das ações sociais, Daniel argumenta que:

O pedagogo no CRAS opera atendendo grupos de crianças, adolescentes, grupo de família e idosos em situações de vulnerabilidades sociais, isolamento, negligência, entre outras situações prioritárias, proporcionando ajuda necessária à superação dessas dificuldades, através de dinâmicas de intervenção nos grupos (DANIEL, dados da pesquisa, maio/2023)

Com base na resposta é interessante dizer que ao atender crianças e adolescentes, o pedagogo contribui para o desenvolvimento educacional, proporcionando atividades pedagógicas que estimulam o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Pois Caliman (2010) afirma que a pedagogia social tem como objetivo fazer a ponte entre os processos de ensino-aprendizagem e a dimensão socio pedagógica. Em todas essas situações, o pedagogo atua como um facilitador criando espaços de acolhimento, diálogo e promoção de desenvolvimento pessoal e social. Sua função vai além do ensino formal, buscando promover a cidadania, a autonomia e o empoderamento dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. O autor reafirma, que na situação de risco e vulnerabilidade vivida por um adolescente, o primeiro passo deve ser o cuidado ou a cura, seguidos por um itinerário projetado para criar motivações, fortalecer a autoestima e promover a resiliência. Esse processo envolve uma mudança na motivação das pessoas, deixando de ser influenciadas externamente

(processo de “empoderamento” ou empowerment) e passando a sonhar com o futuro e agir em função de um projeto de vida.

Considerando a importância do pedagogo no Centro de Assistência, questionamos quais os possíveis impactos poderiam existir com a ausência desse profissional dentro desses espaços. Daniel afirma que “a ausência de um pedagogo no CRAS pode causar impactos negativos com relação a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios”. Ou seja, o papel do pedagogo é crucial na promoção do desenvolvimento educacional e social das pessoas atendidas pelo CRAS. Tais profissionais possuem conhecimentos e habilidades específicas para planejar, implementar e avaliar atividades que visam aprimorar a aprendizagem e promover o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Caliman (2008, p.16), comenta que a pedagogia não responde somente às necessidades emergentes, mas as supera. Ele ainda afirma que é a pedagogia do compromisso e da responsabilidade social, atendendo as necessidades de ambos os excluídos socialmente e aqueles que prestam ajuda. Dessa forma, a ausência de um pedagogo pode ocasionar lacunas no atendimento e na oferta de serviços do CRAS. Os usuários podem perder a oportunidade de participar de programas de reforço escolar, atividades culturais, capacitações profissionais e outros benefícios educacionais que são essenciais para seu crescimento e desenvolvimento integral. Para reforçar esse pensamento, a pedagogia exige intervenção humana e por isso,

Esse papel não pode ser atribuído a qualquer uma das ciências da educação indiscriminadamente, embora todas possam dar sua contribuição no limite de suas peculiaridades. Além disso, a intencionalidade da prática educativa tem implicações diretas no posicionamento crítico do educador, que representa o elo fundamental no processo de formação cultural e científicas das novas gerações. (LIBÂNEO, 2001, p.23).

Contudo, é relevante considerar a importância do pedagogo no CRAS e buscar meios de garantir que esse profissional possa maximizar os resultados e impactos positivos dos serviços prestados pela instituição. Pois Libâneo (2001) afirma que o curso de pedagogia forma pedagogos especializados para atender demandas educativas em diversos campos socioeducativos, sejam formal, não-formal e informal. Sendo assim é necessário a presença do

pedagogo como parte da equipe multidisciplinar para então elaborarem projetos educacionais e ações voltadas para crianças, adolescentes, jovens e adultos, contribuindo para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Concomitante Costa (2018), diz que o pedagogo pode atuar na gestão, em equipes multifuncionais ou multidisciplinares, como professor e na coordenação pedagógica no CRAS e outras instituições não formais.

Vale salientar, que para que o Pedagogo possa atuar no CRAS é necessário ter a formação em pedagogia, registrado no Conselho Regional de Educação, segundo a Resolução de nº 017/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS. Deve também ter conhecimento a respeito das políticas públicas de Assistência Social, assim como as principais demandas da comunidade que são atendidas pela unidade CRAS e ajustar aos demais serviços oferecidos pela equipe, visando a articulação de ações do setor e a melhoria de um atendimento integrado e efetivo às famílias em situação de risco social. É importante ressaltar que o trabalho do pedagogo é pautado pela ética e pelo respeito à diversidade cultural, buscando sempre promover a inclusão social e o fortalecimento de vínculos entres familiares e comunidades. O pedagogo é um profissional da área da educação com habilidades a desenvolver um papel fundamental dentro do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, com a responsabilidade de desenvolver atividades educativas e culturais com a finalidade de crescimento humano e fortalecimento de vínculos entre os indivíduos, visando a promoção da cidadania, pois Caliman (2008, p. 22), afirma que “neste sentido, a pedagogia social tem como finalidade de pesquisa a promoção de condições de bem-estar social, de convivência, de exercício de cidadania, de promoção social e desenvolvimento, de superação de condições de sofrimento e marginalidade”.

Para uma abordagem mais ampla da importância do pedagogo social atuando nos espaços não-formais, como um mediador da inclusão social e sua concepção, é relevante as contribuições de Caliman (2008), que traz uma reflexão sobre a origem dos precursores da pedagogia social, na ação humanista do cristianismo, no qual o autor cita Pestalozzi e Froebel como “pedagogistas”, antes mesmo que fosse regulamentada como uma disciplina. Tal ação socioeducativa excede o âmbito das instituições caridosas e passa a desenvolver no contexto políticos assistenciais e sociais. O autor ainda diz que a pedagogia social tem a intenção de elaborar uma ideia de educação em chave social e de integrar as finalidades manifestadas pelas várias instituições sociais. Nessa perspectiva, procura observar os fatores sociais presentes nas instituições educacionais que atestam sua intencionalidade, assim como as que por si só não demonstram uma intenção educacional, mas, no entanto, essa instituição educativa está repleta de competências educativas, gerando significados na sua grandeza social. O autor enfatiza a

“pedagogia como uma ciência prática” e nesse sentido atende as demandas das necessidades sociais. Para contextualizar, Caliman (2008, p.16) afirma que,

O pedagogo é um homem imerso na realidade social: percebe a realidade com sensibilidade educativa e, premido por ela, responde às demandas emergentes. São exemplos os educadores São João Bosco, Henrique Pestalozzi, Paulo Freire: homens de convicção. Em outras palavras, é a fase da pedagogia social no qual o pedagogo social concorre fortemente pela recuperação da dignidade humana. (CALIMAN, 2008, p. 16)

Vale salientar que apesar de o autor dar ênfase apenas ao gênero masculino como grandes pedagogistas, é relevante frisar que no âmbito pedagógico social existem muitas mulheres de convicção e que são capazes de trazer esse olhar sensível com a finalidade de restabelecer a dignidade social do indivíduo através da educação nos espaços de educação não formais e como exemplo temos o Centro de Referência Social - CRAS. O pedagogo desenvolve um papel fundamental na equipe multidisciplinar do CRAS, sendo responsável por desenvolver atividades de orientação e apoio pedagógico para as crianças e adolescentes atendidos pela unidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando, como competências humanas, é imprescindível que o pedagogo em seu exercício trabalhe com sensibilidade, compreensão, aceitação e tendo empatia, além do aproveitamento de atitudes benéficas ao trabalho educativo. Com respeito a competência técnica é necessário compreender a didática sobre a maneira e os procedimentos que agregam as ações no espaço educativo que estão além da sala de aula, e com isso é fundamental que as políticas públicas estejam dispostas a promover a inserção desse profissional nos espaços não-formais como em Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), dentre outros.

É notório que ainda faltam políticas destinadas para que o pedagogo ocupe os espaços não escolares, sendo assim necessário, pois o desenvolvimento do seu trabalho traz contribuição para a garantia de direitos, entre eles resolver os conflitos e vulnerabilidades sociais usando a educação como um agente transformador do sujeito que se encontra fragilizado pelos agentes causadores. Isso porque segundo Caliman (2010), a pedagogia social é capaz de identificar e

potencializar os fatores sociais que de maneira intencional ou não, estão presentes em distintas instituições da sociedade.

Entre os existentes desafios enfrentados pelo pedagogo no CRAS, podemos destacar a adaptação a diferentes realidades sociais, culturais e econômicas das famílias atendidas, que culminam em dificuldades em parcerias com grupos, bem como a falta de recursos, ou seja, material educacional. Vale salientar que, a falta de recursos adequados e a demanda por intervenções personalizadas de fatos acarreta desafios em desenvolver as atividades, no entanto, apesar das adversidades que possivelmente serão encontradas, ainda assim, o pedagogo pode oferecer diversas possibilidades de contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo e comunidade promovendo uma educação transformadora. Com compromisso, empatia, conhecimento pedagógico em busca de estratégias pedagógicas inovadoras, contextualizadas além de metodologias para serem aplicadas juntamente com a equipe multidisciplinar através de um trabalho educativo diversificado e inclusivo, visando o fortalecimento de vínculos familiares, a promoção da cidadania e a contribuição para a melhoria da qualidade de vida das pessoas atendidas pelo CRAS, é possível sim construir um ambiente educativo inclusivo e de qualidade.

Diante das habilidades, competências e formação do pedagogo bem como sua importante representação no ambiente da assistência social como o CRAS, não é compreensível a ausência do pedagogo no CRAS do município de Angicos/RN. Pois sua atuação de forma integrativa e colaborativa, dialogando com outros profissionais na unidade através de projetos e programas em prol dos sujeitos menos favorecidos, seria um elo de busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Apesar da atuação do orientador social e de sua execução nas atividades elaboradas dentro do Plano anual do Centro de Referência e Assistência Social-CRAS de Angicos, existente atualmente no Centro, ainda existem muitas lacunas, pois o profissional não tem conhecimento teórico/formação acadêmica para aplicar na prática as atividades efetivas. É necessário uma intervenção colaborativa e auxílio pedagógico para que aconteça uma ação educativa significativa dentro da instituição. A intervenção dos gestores municipais, favorecendo a atuação do pedagogo no CRAS do município de Angicos, seria uma importante contribuição para a comunidade e famílias atendidas pela unidade, agindo de maneira preventiva e recuperação das deficiências de socialização dos indivíduos, que na maioria das vezes são vítimas das suas necessidades fundamentais.

Em vista disso, diante das observações durante o estágio supervisionado, a pesquisa de campo e na construção de dados através de um questionário, chegamos à conclusão que o CRAS representa para a sociedade um suporte relacionado à assistência social, contribuindo com o desenvolvimento social e o bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, através de um adequado acolhimento e atividades no âmbito educacional voltados para os indivíduos desfavorecidos, pode-se diminuir os impactos sociais. Por isso, com essa visão é necessário a inserção de um pedagogo como parte da equipe multidisciplinar para que essa ação seja efetivamente colaborativa e potencialize a ação educativa e social de tais profissionais, em benefício da sociedade como um todo.

Em suma, a presente pesquisa é um trabalho de conclusão de curso acadêmico e tem grande relevância, pois se concretiza como um marco importante alcançado em minha formação como profissional e ao longo do processo da pesquisa e escrita, tive a oportunidade de aprofundar os conhecimentos em uma área específica, desenvolvendo habilidades de pesquisa, análise crítica e a escrita acadêmica. Através desse trabalho tive a oportunidade de construir conhecimentos mais sólidos com embasamento teórico, através das muitas leituras. Além disso, me permitiu desenvolver habilidades de organização e disciplina, afinal para concluir um trabalho acadêmico requer renúncias, dedicação e persistência. Certamente, esse trabalho além do conhecimento gerado servirá de referência em suscitar interesses noutros trabalhos/investigações dando assim uma maior visibilidade à atuação do pedagogo em espaços não escolares.

Portanto, concluímos que há diversos desafios enquanto CRAS - Angicos, que apesar disso é possível realizar ações educativas dentro desse ambiente não escolar, em que sua atuação é fundamental no processo de ações/intervenções educativas focados em seu público-alvo (sobretudo os de situações de vulnerabilidade social) no desenvolvimento humano, no processo de inclusão social do usuário e comunidade. Ou seja, a ausência da ação do pedagogo em atividades educativas e culturais podem acarretar prejuízos, gerando desencorajamento aos usuários com respeito ao aprendizado etc. Sobre as contribuições, o pedagogo social pode contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento das atividades planejadas com a equipe multidisciplinar, para que através da sua execução contribua para o processo socioeducativo do indivíduo e família em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil/1988. Disponível em: <Constituição (planalto.gov.br)> Acesso em: 09 março de 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394. Disponível em: <L9394 (planalto.gov.br)> Acesso em 28 abr. de 2023.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei 8.742/93. Disponível em: <L8742 (planalto.gov.br)> Acesso em 30 de abr. de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <orientacoes_Cras.pdf (mds.gov.br)> Acesso em 30 de abr. de 2023.

BRASIL. Orientações Técnicas - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Disponível em: <*Orientações Técnicas - Centro de Referencias de Assistência Social (CRAS)22.pdf (mds.gov.br)> Acesso em: 08 de mar. de 2023.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004. Disponível em: <POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS (mppr.mp.br)> Acesso em: 30 de abr. de 2023.

BRASIL. Lei 8.069. Disponível em: <L8069 (planalto.gov.br)> Acesso em: 09 mar. de 2023.

BRASIL. Disponível em: <resol_cnas_017-2011_reconhece_profissionais_nivel_superior_suas.pdf (setades.es.gov.br)> Acesso em: 03 de mar. de 2023.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social Transformadora. 2010. Disponível em: <caliman-pedagogia-social-transformadora.pdf (wordpress.com)> Acesso em: 16 fev. de 2023.

CALIMAN, Geraldo. Paradigmas da exclusão social - Brasília: Editora Universa, UNESCO, 2008.

COSTA, Vilze Vidotte. Pedagogia em espaços escolares e não escolares. Camila Aparecida Pio, Dayane Virginia, Batista Bessa, Lilian Amaral da Silva Souza. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Disponível em: <gil-a-c-mc 3a9 todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em 14 de nov de 2022

JOANA, Darc Cardoso dos Santos. O Pedagogo no Âmbito da Assistência Social. Disponível em: <https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2018/03/5_EDUC_20172.pdf> Acesso em: 13 de Nov. de 2022.

LIBÂNEO, José C. Pedagogia e pedagogos, para quê?. (12th edição). Cortez, 2022.

LIBANELO, Jose Carlos. Pedagogia e Pedagogos: Inquietações e Buscas. Educar, Curitiba, nº 17, p.153-176. 2001. Editora da UFPR.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.(org). Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade.18 ed. Petrópolis: Vozes,2001.

MINAYO, Maria Cecília (1994) Pesquisa Social - Teoria, Método e Criatividade PDF | Disponível em: (scribd.com) Acesso em: 14 de nov. de 2022.

PORTAL BRASIL. Convivência e Fortalecimento de Vínculos-Ministério do Esporte/2009. <Convivência e Fortalecimento de Vínculos — Ministério do Esporte (www.gov.br)> Acesso em: 21 abr. de 2023.

PORTAL BRASIL. Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS. Disponível em: Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS — Português (Brasil) (www.gov.br)> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

PORTAL BRASIL. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. <Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (www.gov.br)> Acesso em: 21 abr. 2023.

APÊNDICE A

Registros referente ao estágio supervisionado em espaços não escolares. (FOTOS AUTORIZADAS).

Comemoração alusiva ao outubro rosa



FONTE: Arquivo pessoal

FONTE: Arquivo pessoal

Capoeira com as crianças



FONTE: Arquivo pessoal

FONTE: Arquivo pessoal

Comemoração do outubro rosa



Ensaio com as crianças do coral



TERMO DE CONSENTIMENTO

O termo de consentimento foi assinado pelo entrevistado, no entanto para manter o seu anonimato, não foi possível o registro.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: Daniel (pseudônimo)

Formação/Titulação: Licenciatura em Pedagogia.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 - QUAL A FORMA DE INGRESSO PARA ATUAR COMO PEDAGOGO NO CRAS?
- 2 - QUANTO TEMPO ATUOU NO CRAS DE ANGICOS?
- 3- QUAIS ATIVIDADES SÃO DESENVOLVIDAS PELO PEDAGOGO NO CRAS?
- 4- QUAIS CONHECIMENTOS NECESSÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO NO CRAS?
- 5- ENCONTROU ALGUMA DIFICULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO? EM CASO AFIRMATIVO, QUAIS?
- 6 - QUE TIPO DE ATENDIMENTO É REALIZADO PELO CRAS?
- 7- NO SEU PONTO DE VISTA É NECESSÁRIO TER UM PEDAGOGO NO CRAS COMO MEDIADOR DAS AÇÕES SOCIAIS VOLTADAS PARA AS FAMÍLIAS E COMUNIDADES? POR QUE?
- 8 - COM A AUSÊNCIA DE UM PEDAGOGO NO CRAS, VOCÊ CONSIDERA QUE CAUSE IMPACTOS NEGATIVOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES? QUAIS?